

Inadimplência vai à máxima histórica com juro alto e endividamento

Linhas de maior risco e mudança nas regras de gestão de carteiras pressionam indicador

Por **Iais Godinho** — De São Paulo

26/02/2026 05h02 · Atualizado agora

Uma combinação de juros altos, endividamento das famílias e mudança regulatória levou a inadimplência média das operações de crédito bancário a atingir 4,2% em janeiro, a máxima da série histórica das estatísticas do Banco Central (BC) iniciada em 2011.

O indicador de operações com atraso superior a 90 dias subiu ao longo de todo o ano passado. Nos três últimos meses de 2025, ficou em 4%, nível também recorde. Antes, o pico havia sido em maio de 2017, após a última grande recessão econômica.

A piora também reflete uma mudança na qualidade da carteira, com aumento da participação de linhas de maior risco, como cheque especial e rotativo do cartão.

No crédito com recursos livres, que reflete as operações livremente pactuadas pelo mercado, a inadimplência subiu para 5,5%, depois de registrar 5,4% em dezembro. Já no crédito direcionado, caso de financiamento imobiliário e rural, subiu para 2,5%, ante 2,2%.

Um fator técnico explica em parte a elevação generalizada, o que torna o período atual pouco comparável ao de 2017, segundo especialistas. Entrou em vigor em janeiro do ano passado regra do BC (resolução 4.966) que mudou a forma como as instituições financeiras gerenciam o risco de crédito no Brasil, substituindo o modelo de perda incorrida pelo de perda esperada. O modelo antecipa riscos e, ao ampliar o prazo para baixar créditos inadimplentes a prejuízo, faz com que os atrasos fiquem mais tempo nas carteiras. Na prática, o que se viu foi um aumento do indicador de atrasos, refletindo a adaptação dos bancos que ainda não adotavam esse sistema.

Endividamento das famílias atingiu 49,7% em dezembro, o maior patamar desde julho de 2022

No Relatório de Política Monetária de setembro, o BC disse que 70% do aumento da inadimplência observada no ano refletia os efeitos da adoção da norma.

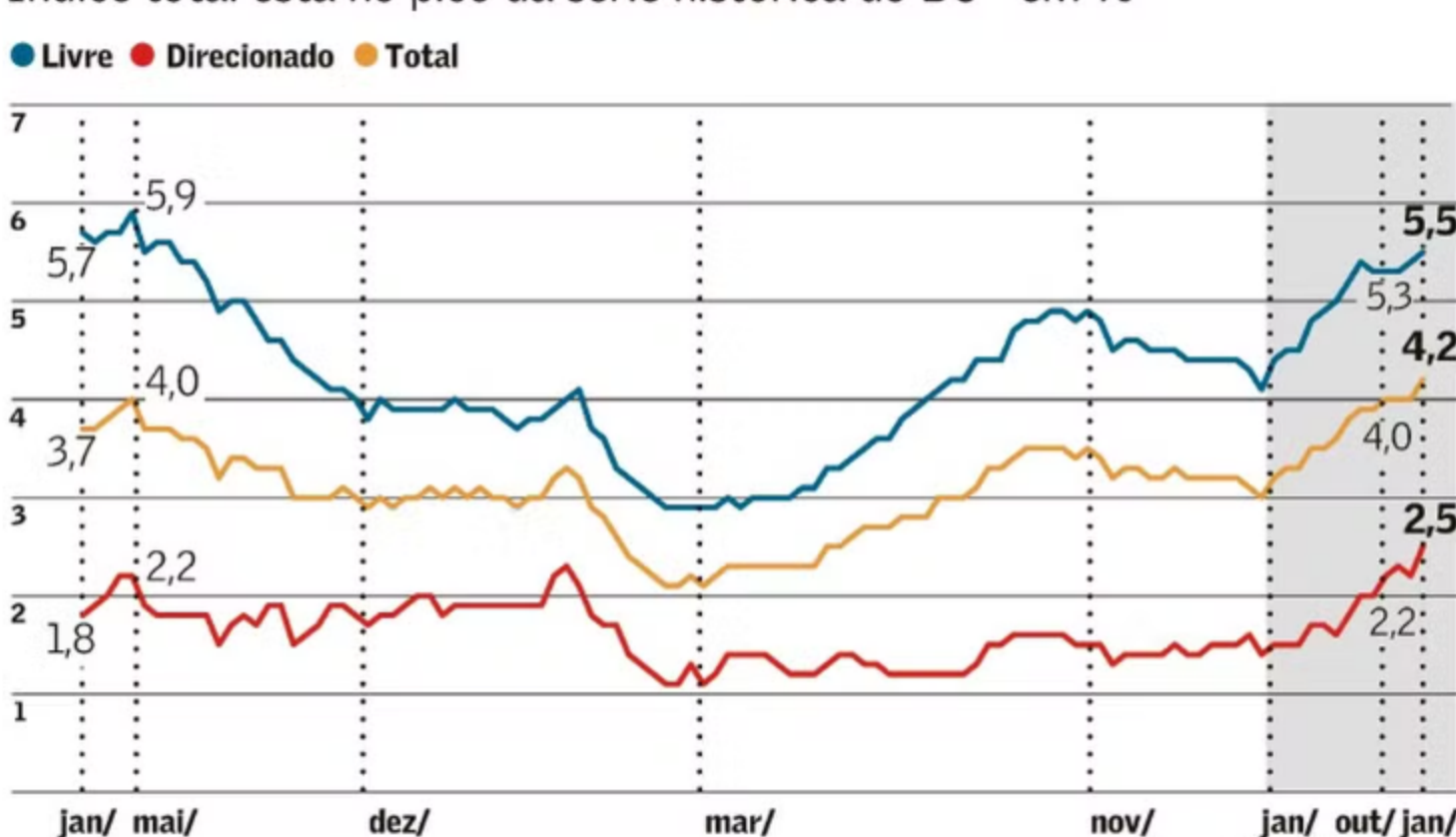
Porém, a mudança não explica toda a piora, já que os dados do BC também mostram uma piora consistente dos calotes ao longo de todo o ano passado. No fim de 2024, a inadimplência estava em 3% e foi aumentando mês a mês até outubro, quando estacionou em 4%, e depois voltou a subir em janeiro.

O endividamento das famílias atingiu, em dezembro, 49,7% (dado mais recente disponível), o que representa um aumento de 1,3 ponto percentual em 12 meses. O patamar só fica atrás de julho de 2022 na série histórica, quando alcançou 49,9%. O comprometimento de renda das famílias chegou a 29,2% em dezembro - relativamente estável desde setembro.

Isabela Tavares, economista sênior da Tendências Consultoria, diz que a melhor forma de analisar o cenário é olhar para a inadimplência na margem. Ainda assim, é possível ver uma piora no índice. “Quando a gente olha os dados do Serasa, que são aqueles de consumidores inadimplentes, a gente vê que estão aumentando. A gente consegue atribuir que parte dessa piora do cenário está ligada principalmente a condições financeiras menos atrativas. Os juros mais altos acabam se refletindo nessa dificuldade de quitar a dívida.”

Inadimplência nas alturas

Índice total está no pico da série histórica do BC - em %



Desde junho, o BC tem mantido a Selic em 15%, maior nível em quase 20 anos. A expectativa é que o ciclo de cortes comece em março.

Segundo Tavares, nesse cenário as pessoas recorrem a modalidades emergenciais. “Acabam entrando num cheque especial, num cartão de crédito rotativo, porque tem a necessidade financeira. Acabam entrando nessas modalidades que têm os juros absurdos, então vira aquela bola de neve”, diz

A Febraban vem mostrando em pesquisas há algum tempo a preocupação com a deterioração na qualidade da carteira, principalmente no crédito livre às famílias, com aumento da participação de linhas emergenciais. No levantamento mais recente, divulgado na semana passada, 79% dos bancos afirmaram esperar que a inadimplência se estabilize em breve. Outros 21% acham que deve seguir em alta, pressionada pela desaceleração econômica, moderação do mercado de trabalho além da piora no mix da carteira, com o aumento das linhas mais arriscadas.

A projeção das instituições financeiras é que a inadimplência da carteira livre feche 2026 em 5,2%, diante da expectativa de queda da Selic - abaixo, portanto, do nível atual. A entidade não faz projeção para a carteira total. Pouco mais de 60% dos bancos esperam que a Selic termine o ano abaixo de 12,25%.

Já a Tendências projeta inadimplência de 5,1% no crédito livre e de 3,9% no saldo total. “A queda é pequena. A gente ainda espera que no começo do ano ela [inadimplência] fique elevada e tenha reduções mais para o final de 2026”, diz Tavares. “Está muito em linha com essas condições financeiras, que devem melhorar gradualmente. Isso deve ajudar, mas não só isso. A gente espera uma renegociação de dívidas - dessas mais caras indo para as mais baratas, como o crédito do trabalhador.”

Na avaliação da consultoria, a queda da Selic deve produzir efeitos mais relevantes sobre a inadimplência só a partir de 2027, já que o impacto é gradual.